



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cópia de parte da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal nº0009/CMP/26, celebrada em 23 de Abril de 2026 e aprovada em minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.16.2. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

Foi presente à reunião a informação n.º 377/INF_INT/2026, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 2026-03-27, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

Exma. Senhora Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (RJRU), alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a reabilitação urbana em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) é promovida pelos municípios e resulta da aprovação da delimitação dessas mesmas áreas e do respetivo programa estratégico intitulado Operação de Reabilitação Urbana (ORU), podendo ambos ocorrer em simultâneo, ou proceder-se à aprovação a ORU até ao prazo máximo de três anos após a aprovação da ARU.

Considerando a vigilante estratégia municipal no âmbito da promoção da regeneração urbana, que desde 2014 com a aprovação da delimitação da ARU da Cidade de Pombal, tem colocado a reabilitação urbana, em particular pela conservação do edificado privado e pela qualificação dos espaços públicos, uma ferramenta imprescindível aos processos regeneradores, importa dar continuidade a essa política amplificando-a cada vez mais às sedes de freguesia, como de resto tem vindo a ser implementado.

No fundo, trata-se de dotar o município, em estrita colaboração com as Juntas de Freguesias, de instrumentos que assegurem a revitalização coordenada e estratégica das dinâmicas dos centros urbanos, contrariando os efeitos da descaracterização dos objetos arquitetónicos e urbanísticos, da sua degradação e/ou obsolescência.

É neste contexto, que se propõe a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo, com uma área de 77,62 hectares, cuja proposta se anexa, instruída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU.

A proposta para a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo pretende dar continuidade e maturidade à estratégia programada de recuperação, revitalização e reabilitação deste aglomerado, permitindo disponibilizar, de forma complementar à



MUNICÍPIO DE POMBAL

Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central de Meirinhas, benefícios fiscais e incentivos municipais associados a obras de reabilitação do edificado e, não menos importante e já a uma escala mais abrangente, identificar os eixos de intervenção e projetos a realizar no longo prazo, na persecução de uma estratégia de reabilitação urbana articulada nas diferentes realidades territoriais de Meirinhas.

Inerente à proposta, e de novo, no seguimento da criação de incentivos à reabilitação do edificado privado que tem vindo a ser implementada pelo município, encontra-se o respetivo quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.

Ressalva-se que a proposta considerou preocupações e objetivos anteriormente ponderados pelo executivo da Junta de Freguesia de Meirinhas. Não obstante, e salvo melhor opinião, verifica-se a necessidade de submeter a presente proposta ao executivo da Junta de Freguesia, para validação.

Nos termos estabelecidos no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo para, caso seja esse o entendimento, a remeta ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do referido RJRU.

Refira-se que o ato de aprovação deve ser publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República, divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU.

À consideração superior.”

Ínsitos na informação supratranscrita encontram-se os seguintes pareceres:

- Da Chefe de Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana:

“Exmo. Senhor Diretor Municipal, Dr. Agostinho Lopes,

Concordando com a proposta de delimitação da ARU em referência, submete-se a mesma a apreciação de V. Exa. para, caso assim o entenda, proponha superiormente a sua remessa ao órgão Câmara Municipal, para que delibere nos termos e para os efeitos propostos na presente informação.

Mais se informa que o Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia manifestou a sua anuência à delimitação proposta.

À consideração superior.”

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:

“Reúne a presente proposta de delimitação condições para ser remetida à apreciação e votação da Câmara Municipal, para efeitos de condução à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos propostos.”

- Da Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Habitação:

“Considerando a informação apresentada, sou de parecer favorável à proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo em apreço, a qual reúne condições de remessa à Câmara Municipal, para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo à Assembleia Municipal para aprovação,



MUNICÍPIO DE POMBAL

em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.



Município de Pombal

Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana

Informação Interna

Informação Interna

DESPACHO:

À reunião.

"A subscrição do presente parecer / ou / despacho compreende a subscrição de declaração de que não se encontra, na presente data, em situação de conflito de interesses relacionados com o objeto e ou com os intervenientes visados neste procedimento, conforme modelo de declaração de (in)existência de conflitos de interesses constante no Anexo I da NCI deste Município, para efeitos do n.º 2 do artigo 13.º do RGPC."

PEDRO ALEXANDRE ANTUNES FAUSTINO PIMPAO DOS SANTOS
Assinado de forma digital por PEDRO ALEXANDRE ANTUNES FAUSTINO PIMPAO DOS SANTOS
Dados: 2026.04.20 15:22:38 +01'00'

O Presidente da Câmara

PARECER:

Considerando a informação apresentada, sou de parecer favorável à proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo em apreço, a qual reúne condições de remessa à Câmara Municipal, para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal.

"A subscrição do presente parecer / ou / despacho compreende a subscrição de declaração de que não se encontra, na presente data, em situação de conflito de interesses relacionados com o objeto e ou com os intervenientes visados neste procedimento, conforme modelo de declaração de (in)existência de conflitos de interesses constante no Anexo I da NCI deste Município, para efeitos do n.º 2 do artigo 13.º do RGPC."

Assinado em formato digital
Por **Ana Carolina Pimenta de**

Jesus

Em 2026-04-17 18:03:45

A Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Habitação, por delegação do Presidente da Câmara

PARECER:

Reúne a presente proposta de delimitação condições para ser remetida à apreciação e votação da Câmara Municipal, para efeitos de condução à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos propostos.

"A subscrição do presente parecer / ou / despacho compreende a subscrição de declaração de que não se encontra, na presente data, em situação de conflito de interesses relacionados com o objeto e ou com os intervenientes visados neste procedimento, conforme modelo de declaração de (in)existência de conflitos de interesses constante no Anexo I da NCI deste Município, para efeitos do n.º 2 do artigo 13.º do RGPC."

Assinado em formato digital
Por **Agostinho António**

Gonçalves Lopes

Em 2026-04-16 16:15:04

Diretor Municipal de Gestão Integrada

PARECER:

Exmo. Senhor Diretor Municipal, Dr. Agostinho Lopes,
Concordando com a proposta de delimitação da ARU em referência, submete-se a mesma a apreciação de V. Exa. para, caso assim o entenda, proponha superiormente a sua remessa ao órgão Câmara Municipal, para que delibere nos termos e para os efeitos propostos na presente informação.

Mais se informa que o Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia manifestou a sua anuência à delimitação proposta.
À consideração superior.

"A subscrição do presente parecer / ou / despacho compreende a subscrição de declaração de que não se encontra, na presente data, em situação de conflito de interesses relacionados com o objeto e ou com os intervenientes visados neste procedimento, conforme modelo de declaração de (in)existência de conflitos de interesses constante no Anexo I da NCI deste Município, para efeitos do n.º 2 do artigo 13.º do RGPC."

Assinado em formato digital
Por **Sílvia Cristina da Silva**

Ferreira

Em 2026-04-16 14:47:59

Chefe de Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana

ASSUNTO: Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

Exma. Senhora Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana,



Município de Pombal

Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (RJRU), alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a reabilitação urbana em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) é promovida pelos municípios e resulta da aprovação da delimitação dessas mesmas áreas e do respetivo programa estratégico intitulado Operação de Reabilitação Urbana (ORU), podendo ambos ocorrer em simultâneo, ou proceder-se à aprovação a ORU até ao prazo máximo de três anos após a aprovação da ARU.

Considerando a vigilante estratégia municipal no âmbito da promoção da regeneração urbana, que desde 2014 com a aprovação da delimitação da ARU da Cidade de Pombal, tem colocado a reabilitação urbana, em particular pela conservação do edificado privado e pela qualificação dos espaços públicos, uma ferramenta imprescindível aos processos regeneradores, importa dar continuidade a essa política amplificando-a cada vez mais às sedes de freguesia, como de resto tem vindo a ser implementado.

No fundo, trata-se de dotar o município, em estrita colaboração com as Juntas de Freguesias, de instrumentos que assegurem a revitalização coordenada e estratégica das dinâmicas dos centros urbanos, contrariando os efeitos da descaracterização dos objetos arquitetónicos e urbanísticos, da sua degradação e/ou obsolescência.

É neste contexto, que se propõe a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo, com uma área de 77,62 hectares, cuja proposta se anexa, instruída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU.

A proposta para a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo pretende dar continuidade e maturidade à estratégia programada de recuperação, revitalização e reabilitação deste aglomerado, permitindo disponibilizar, de forma complementar à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central de Meirinhas, benefícios fiscais e incentivos municipais associados a obras de reabilitação do edificado e, não menos importante e já a uma escala mais abrangente, identificar os eixos de intervenção e projetos a realizar no longo prazo, na persecução de uma estratégia de reabilitação urbana articulada nas diferentes realidades territoriais de Meirinhas.

Inerente à proposta, e de novo, no seguimento da criação de incentivos à reabilitação do edificado privado que tem vindo a ser implementada pelo município, encontra-se o respetivo quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.



Município de Pombal

Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana

Ressalva-se que a proposta considerou preocupações e objetivos anteriormente ponderados pelo executivo da Junta de Freguesia de Meirinhas. Não obstante, e salvo melhor opinião, verifica-se a necessidade de submeter a presente proposta ao executivo da Junta de Freguesia, para validação.

Nos termos estabelecidos no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo para, caso seja esse o entendimento, a remeta ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do referido RJRU.

Refira-se que o ato de aprovação deve ser publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República, divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU.

À consideração superior.

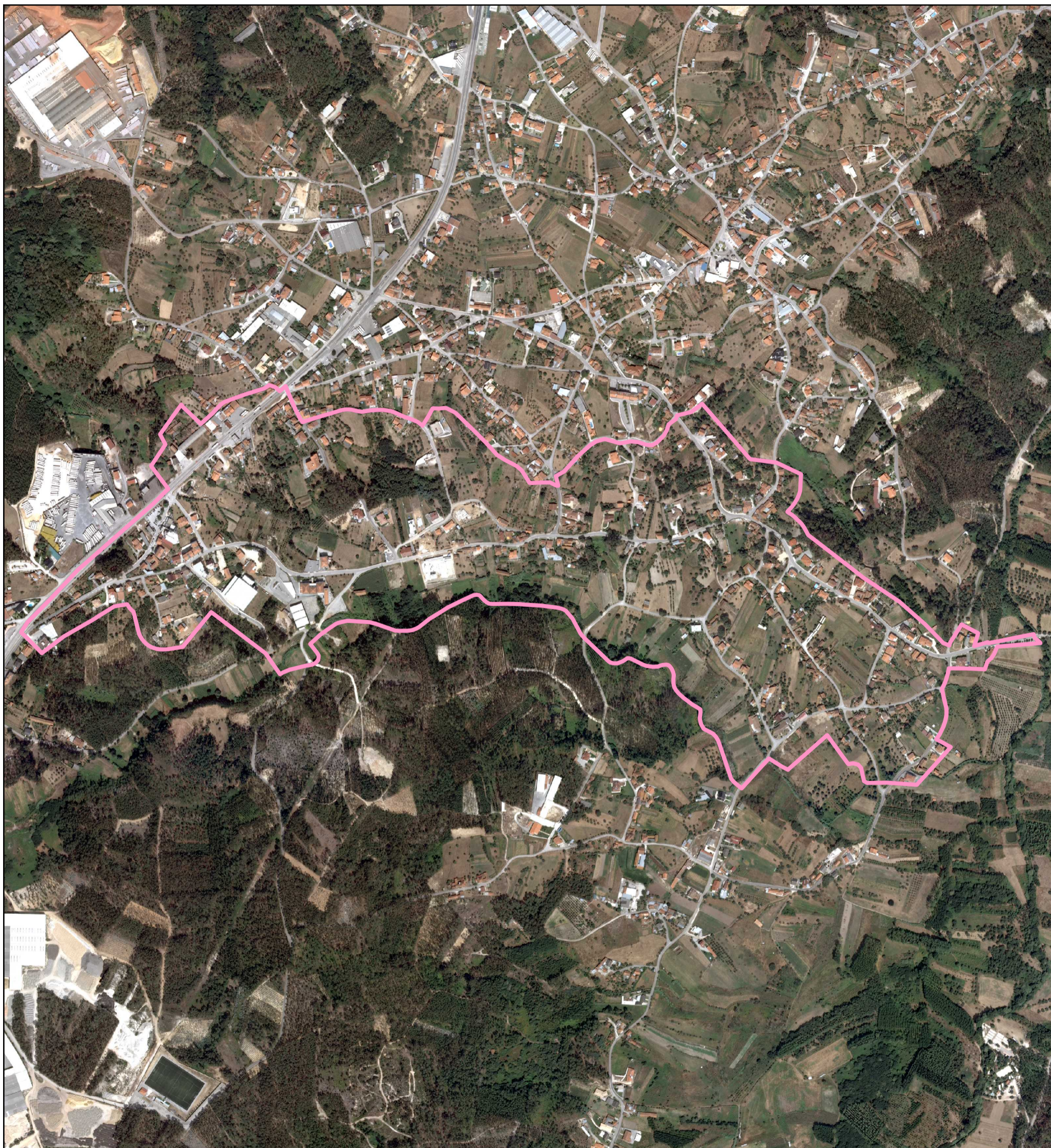
Técnica Superior

Assinado em formato digital

por: **Vera Mónica Gaspar Domingues**

em: 2026-03-27 17:27:10

(Vera Monica Gaspar Domingues)



Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

N



0 162,5 325 m





ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DAS MEIRINHAS DE BAIXO

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	3
2 ENQUADRAMENTO LEGAL	5
3 ENQUADRAMENTO OPERACIONAL	6
4 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E MORFOTIPOLOGICO	9
5 FUNDAMENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO	14
6 OBJETIVOS	24
7 BENEFÍCIOS FISCAIS	26
ANEXO	29

1 INTRODUÇÃO

“Área de Reabilitação Urbana”: *“a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”.*

(alínea b) do artigo 2.º do DL 307/2009, de 23 de outubro)

Figura 1: rua da Portela



Consolidada uma matéria fundamental das políticas do ordenamento do território e do urbanismo, a reabilitação urbana constitui-se não apenas uma política, também um operador sobre os grandes pressupostos da gestão territorial, da eficiência ambiental e da requalificação urbana, atuando em fim último sobre a revitalização social dos espaços construídos consolidados.

Enquanto direito público, a reabilitação urbana reveste-se de uma indispensabilidade dentro do quadro da política nacional de habitação, articulada nas grandes opções plurianuais do plano e do Orçamento de Estado. Tanto, que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-

A/2018, ditou precisamente a criação de “condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes”.

Recentemente, as Resoluções n.º4/2022 e n.º 30/2022 vieram firmar esta tendência, e também promovê-la, apresentando a reabilitação como uma solução de excelência na estratégia da habitação, da qualidade de vida das populações e da competitividade das cidades.

Tudo isto ganha uma maior amplitude quando a componente da habitação, quer no Plano de Recuperação e Resiliência, quer na programação do Portugal 2030, prevê uma política sedimentada na qualificação do parque edificado e na sustentabilidade dos recursos existentes. Em suma, dois critérios fundacionais da reabilitação urbana.

Veja-se que um dos dois objetivos estruturantes da área de intervenção Centro + Próximo, alinhada na formalização do programa Centro 2030, prevê:

“Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.”

Portanto, seja na perspetiva da política de solos, de ordenamento, de urbanismo ou da habitação, da cidade e das suas áreas singulares mais carenciadas, da população, no âmbito do espaço público ou do parque privado, a reabilitação assume-se como uma base de intervenção para a regeneração ativa das áreas consolidadas, históricas e/ou degradadas, cujo êxito depende de um conjunto de instrumentos operacionais e de um enquadramento legal e regulamentar coeso e intercomunicante. Por outras palavras, a identificação do território sujeito a intervenção – “*área de reabilitação urbana*”, cujos princípios de elegibilidade e objetivos estão definidos no *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU)*, Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto.

Deste modo, a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) fixa a importância que a definição dos seus limites tem para a regeneração ativa das áreas consolidadas, históricas e/ou degradadas dos aglomerados urbanos, presumindo que o seu desenvolvimento e vitalidade resulta necessariamente, e de forma integrada, dos processos de requalificação dos espaços públicos e das edificações.

Ainda de acordo com o RJRU, cabe aos municípios a delimitação das áreas de reabilitação urbana, bem como a proposta dos objetivos e a respetiva estratégia de intervenção, que se encontram indissociáveis da referida delimitação.

É neste sentido que se procede à elaboração da presente proposta para a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo, cuja definição resulta de uma verificada necessidade perante as condições atuais do espaço público (infraestruturas, arruamentos, passeios públicos e praças), e do parque edificado privado.

Sendo que a última alteração ao regime jurídico possibilita aos municípios agilizar os processos de reabilitação urbana de forma faseada, em que numa primeira fase se procede à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e numa segunda fase se procede à elaboração de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a desenvolver num prazo máximo de três anos após a aprovação da ARU, a proposta para a ARU das Meirinhas de Baixo vem então dar continuidade e maturidade à estratégia programada de recuperação, revitalização e reabilitação deste aglomerado, permitindo disponibilizar, de forma complementar à ARU da Zona Central de Meirinhas, benefícios fiscais e incentivos municipais associados a obras de reabilitação do edificado. Da mesma forma, pretende-se criar as condições necessárias para garantir o acesso ao instrumento financeiro (IFRRU 2030, Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2023) para a renovação do edificado e reabilitação e regeneração urbana no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia para o período de 2021 -2027 e, não menos importante e já a uma escala mais abrangente, identificar os eixos de intervenção e projetos a realizar no longo prazo, na persecução de uma estratégia de reabilitação urbana articulada nas diferentes realidades territoriais de Meirinhas.

2 ENQUADRAMENTO LEGAL

A aprovação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo pressupõe a concretização de um conjunto de trâmites processuais legalmente previstos em sede do RJRU. De acordo com o previsto no artigo 13.º, cabe à Câmara Municipal de Pombal apresentar a proposta contendo os seguintes elementos, devidamente fundamentados:

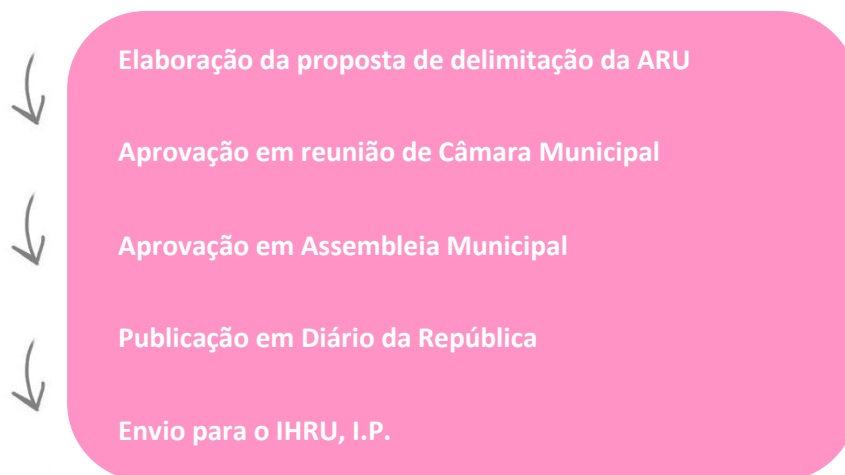
- Memória descritiva e justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;

- Planta com a delimitação da área abrangida;
- Quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º.

Após a Câmara Municipal submete a proposta de delimitação da ARU à aprovação da Assembleia Municipal, da qual deverá receber o ato de aprovação, integrando os elementos referidos no n.º 2, publica-o através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulga-o na página eletrónica do município.

Simultaneamente com o envio para publicação do aviso referido, a Câmara Municipal remete ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana.

Imagem 1: Fluxograma da tramitação do processo



3 ENQUADRAMENTO OPERACIONAL

A delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo tem na sua base uma série de preocupações que decorrem da perceção do estado de degradação, obsolescência e/ou perda de qualidade de fatores arquitetónicos e urbanísticos, culturais, sociais e económicos. Mais que refletirem patologias, estes fatores indicam sobre as dinâmicas e vivências urbanas do local, revelando uma realidade que carece de uma mudança de paradigma no que respeita a regeneração do espaço, quer construído, quer vivido.

Se é verdade que tais preocupações não são específicas ao contexto de Meirinhas, tão pouco são as abordagens que o Município de Pombal tem vindo a concretizar na procura por soluções que revertam tais situações, nos vários locais do concelho.

Desde 2014 que o Município de Pombal tem sido vigilante, colocando a reabilitação urbana uma ferramenta imprescindível nos processos regeneradores. Plasmando-a primeiro na aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, e reiterando-a na alteração levada a cabo um ano mais tarde. Depois na concretização do programa estratégico de reabilitação urbana, impresso na Operação de Reabilitação Urbana aprovada em 2018. Seguiu-se a aprovação de mais 14 delimitações de áreas de reabilitação urbana (Seixo e Emporão da Cidade de Pombal, Abiul, Vila do Louriçal, Zona Central da Guia, Albergaria dos Doze, Redinha, Poios, Vermoil, Almagreira, Zona Central de Meirinhas, Pelariga, Aldeia do Vale, Zona Industrial da Formiga e Carriço), três alterações das delimitações anteriores (Redinha, Poios e Almagreira), e elaboraram-se 8 ORU's (Abiul, Vila do Louriçal, Zona Central da Guia, Albergaria dos Doze e Seixo, Emporão da Cidade de Pombal, Redinha, Poios e Vermoil).

De forma necessariamente breve, a estratégia municipal tem-se conduzido pela criação de oportunidades e incentivos de utilidade pública que reconcentrem o equilíbrio das partes constituintes do tecido urbano. Para tanto, têm-se tomado diversos procedimentos, com vista ao acerto dos programas estratégicos da reabilitação de acordo com as realidades territoriais e as expectativas que determinam os pressupostos das ARU e das ORU.

Não obstante, e de forma transversal, a abordagem inicial é de remeter nos privados o ónus da reabilitação do edificado, como forma de desbloquear a ação da comunidade. Uma medida que acaba por revelar-se uma estratégia de participação local e que tem a força de agir, mais tarde e já coletivamente, em intermediação com o município, na alavancagem de projetos e obras de requalificação do espaço urbano.

É preciso ter presente que a regeneração dos espaços consolidados não é apenas um dever, é um direito e uma reivindicação.

Por efeito, é tão só natural que a proposta de delimitação da ARU das Meirinhas de Baixo venha a plasmar esta mesma estratégia, conquanto mais ajustada às particularidades do local, às necessidades e aos recursos próprios existentes.

Simultaneamente, a proposta de delimitação pretende dar continuidade à estratégia ponderada para a delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas, como à intenção do Município em alargar aos espaços de natureza própria e diferenciados das áreas com características de centralidade urbana, as oportunidades, os incentivos e deveres já operacionalizados, contribuindo para a constituição de sinergias programáticas que se fazem nas partes, mas se leem e executam na unidade do aglomerado urbano, de forma equitativa.

Em bom rigor, como referido anteriormente, a delimitação da ARU das Meirinhas de Baixo assegura desde logo a distribuição equitativa das oportunidades que advêm da reabilitação do edificado, já previstas para a área contígua, incluída na ARU da Zona Central de Meirinhas. Mas prevê, verificando a integração de um conjunto de equipamentos de uso público, a possibilidade de concretização de projetos e de ações diferenciados daqueles ponderados para a delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas, e já a serem promovidos em sede de ORU.

Prevê ainda, verificando a integração dos espaços verdes a sul, a promoção da proximidade do aglomerado urbano das Meirinhas com a mancha verde autóctone e com a linha de água, com vista à realização de um conjunto de programas de vertente de lazer e de fruição da paisagem natural, diligenciando, assim, e mais uma vez, a descentralização das ações propostas e o reforço da estrutura urbana pela complementaridade das partes.

Figura 2: Imóvel na rua da Portela



Figura 3: Área de pastagem junto à rua da Portela



4 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E MORFOTIPOLOGICO

Figura 4: Imóvel degradado e devoluto na rua Comendador Narciso Mota



Figura 5: Imóvel degradado e devoluto na rua do Vale



ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Meirinhas é uma sede de freguesia constituída pelo Decreto de 31 de dezembro de 1984, pertencente ao concelho de Pombal e distrito de Leiria.

A história de Meirinhas encontra-se relacionada à Paróquia de Santa Maria de Vermoil, à qual pertenceu até à desagregação em 1984, mas as referências à povoação datam, pelo menos, ao reinado de D. João III, integrando a documentação relativa ao recenseamento populacional.

No reinado de D. Maria I, entre meados do século XVIII e inícios do século XIX, a povoação de Meirinhas terá pedido a realização de uma feira franca mensal, a cada dia 24. O pedido foi aceite, mas com realização nos dias 14. Mais significativo é o sentido que o aval parece ratificar no que se refere ao mérito de Meirinhas para a confluência de um mercado, o que, necessariamente, é um indicador dos movimentos pendulares sobre a região, de pessoas e bens, e da centralidade que a povoação terá adquirido sobre os lugares confinantes.

Deve ter-se presente que o caminho real de ligação entre Lisboa, Pombal e Porto, terá contribuído sobremaneira para as dinâmicas decorrentes do atravessamento de Meirinhas.

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E MORFOTIPOLOGICO

Meirinhas localiza-se na extremidade sul-central do concelho de Pombal, beneficiando de boa acessibilidade através da proximidade aos eixos do IC2/EN1 e A1.

Figura 6: Planta de localização sobre extrato da Carta Militar

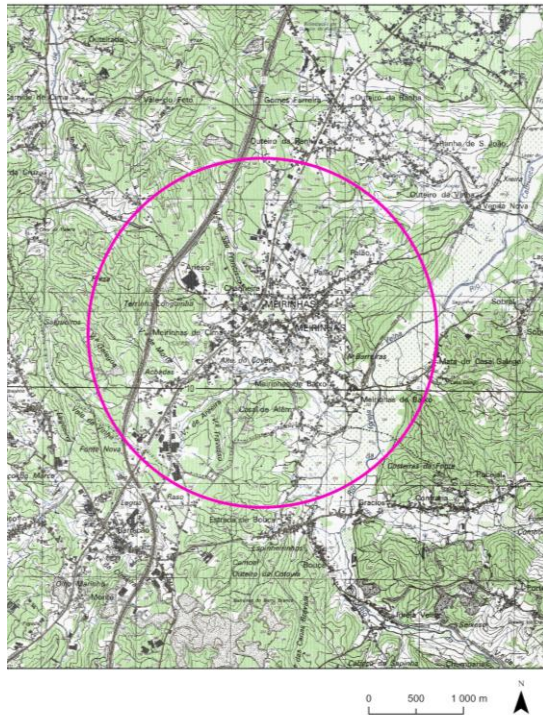
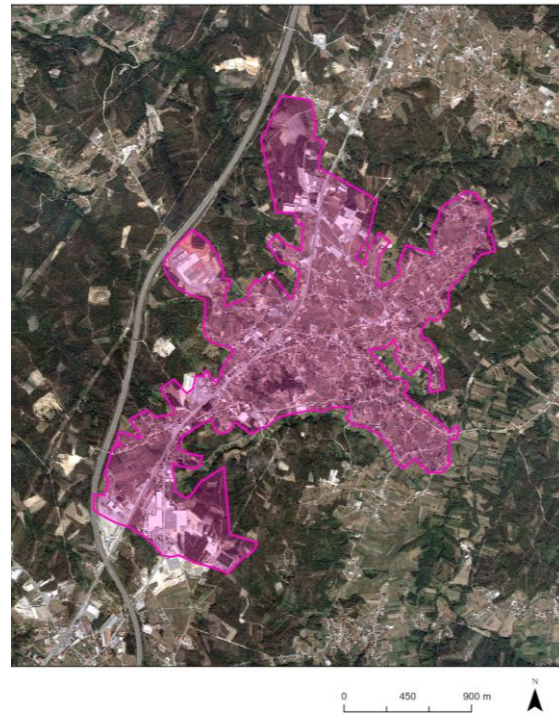


Figura 7: Aglomerado Urbano de Meirinhas definido no PDM



O aglomerado delimitado na 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal com uma ocupação urbana de 340,14 ha apresenta um povoamento do tipo mancha de óleo, com epicentro no Largo da Igreja, e marcadamente influenciado pela polarização resultante do eixo da IC2/EN1 que, mais tarde, com a instalação das indústrias Cerâmica Mota e Ferreira, Umbelino Monteiro, S.A., Motassis – Plásticos, S.A., Artebel – Artefactos de Betão, S.A., Artecimel, Transportes Central Pombalense, Lda., Adelino Duarte da Mota, S.A., refirmaram a bicefalia do aglomerado urbano.

Do epicentro, a ocupação urbana fez-se associada aos eixos viários que vieram a constituir-se a estrutura base da malha urbana: rua Professor Mota Pinto, rua da Igreja e rua do Palão, já na vertente poente da IC2/EN1, rua de São João, rua do Arieiro e rua das Chanheiras.

De forma quase simultânea, constituía-se a zona sul de Meirinhas, também denominada de Meirinhas de Baixo, agregada ao núcleo edificado mais antigo da rua da Portela e da rua do Poço.

O crescimento urbano fez-se depois, na relação imediata entre este núcleo e a rua Professor Mota Pinto na ligação a Vermoil e, já mais tarde, com a rua Comendador Narciso Mota,

fomentando a criação de novos arruamentos, como a rua do Carregal, dos Olivais, do Outeiro, da Cova, de Santo António e do Comércio.

Figura 8: rua do Comércio



Figura 9: rua Comendador Narciso Mota



Figura 10: rua do Poço



Figura 11: rua dos Olivais



Figura 12: rua da Portela



Figura 13: ruas Comendador Narciso Mota e Camilo dos Santos



A instalação de equipamentos de utilização coletiva ao longo da rua Comendador Narciso Mota, veio consolidar a zona sul de Meirinhas, atribuindo-lhe um papel fundamental para a vida cívica do aglomerado urbano e, decorrentemente, para ao início de uma nova fase de evolução urbana, de fâcies mais contemporânea.

Figura 14: Pavilhão Gimnodesportivo



Figura 15: Pavilhão Gimnodesportivo



Figura 16: Centro Escolar de Meirinhas



Figura 17: Imóvel na rua Professor Mota Pinto



A ocupação caracteriza-se pela presença de um tecido edificado constituído por diversos conjuntos compostos de edificações, dispostos de forma intercalada no prolongamento das vias, à semelhança do que acontece na malha urbanizada correspondente à delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas.

As edificações têm predominantemente 1 e 2 pisos, encontrando-se também alguns imóveis com 3 e 4 pisos. A função residencial é preponderante, mas contabilizam-se ainda edifícios capacitados para atividades de comércio e de serviços, edifícios de uso misto e, como referido, equipamentos de utilização coletiva. Os últimos, maioritariamente localizados na parte poente da rua Comendador Narciso Mota.

De uma forma geral, as edificações habitacionais não constituem imóveis com valor patrimonial, evidenciando uma arquitetura civil que foi sendo constituída ao longo dos tempos e, por essa razão, influenciada por vários tipos e tipologias. No entanto, percebe-se que a evolução urbana acelerou nos anos imediatos do antes e após a constituição da sede de

freguesia. Este fenómeno é perceptível na diferença dos tipos arquitetónicos que se localizam na rua da Portela e, depois, nos arruamentos de ligação ao centro cívico de Meirinhas.

Uma característica que ressalta na análise da organização do tecido edificado é a intrincada rede de arruamentos que, com as microunidades urbanas, conformam uma unidade macro – o aglomerado urbano –, precisamente pela amarração das várias partes a essa rede estrutural de arruamentos. Caso contrário, a malha urbana verificaria um alastramento no território, sem qualquer relação natural ou de dependência física.

De forma mais dirigida à habitação, deve registar-se que Meirinhas contrasta duas realidades. Por um lado, verifica-se um centro dinâmico assente na oferta comercial e de serviços centrais, com uma correspondência clara às dinâmicas fomentadas pelo IC2/EN1. Por outro lado, percebe-se que essa dinâmica diminui consideravelmente consoante o maior afastamento a esse centro, e quando a função residencial substitui outras funcionalidades.

A malha urbana explica esta cadência. Primeiro, porque as bolsas residenciais compõem-se de menor concentração de imóveis e estão dispostas cada vez mais espaçadas entre si consoante a aproximação aos limites do aglomerado urbano, obrigando a que os movimentos pendulares em torno da oferta de serviços e comércio se efetuem noutros pontos. Em segundo, porque os equipamentos públicos que conferem a centralidade cívica a um aglomerado urbano encontram-se também eles dispersos e implantados de forma isolada. Acresce a necessidade de intervenção no espaço público, com vista a reforçar a centralidade do Largo da Igreja em estrita conformidade com as várias valências públicas existentes na rua da Igreja. Só assim se poderá falar de “centro” num aglomerado que se lê na junção das várias partes que o conformam, e de uma rede de serviços de proximidade que tem um papel expressivamente cívico num ponto focal, que em boa verdade não o é.

No âmbito do espaço público, o critério da proporcionalidade do estado de conservação face à distância do centro urbano, também se aplica. À moderada exceção das ruas Comendador Narciso Mota, Professor Mota Pinto e Familiar, os arruamentos têm um perfil reduzido, nem sempre compatíveis com a mobilidade simultânea de peões e automóveis, e caracterizam-se por uma ausência de arranjo urbanístico. Soma-se, a desatualização ou a inexistência das redes infraestruturais e a descontinuidade da rede pedonal.

Figura 18: Bolsa estacionamento rua Comendador Narciso Mota



Figura 19: rua do Comércio



Figura 20: travessa Sul do Covão



Figura 21: rua Comendador Narciso Mota



Figura 22: rua da Portela



Figura 23: parque de merendas na rua Professor Mota Pinto



5 FUNDAMENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO

Os arranjos urbanísticos ao nível dos arruamentos, da rede pedonal e das bolsas de estacionamento da rua Comendador Narciso Mota, da Professor Mota Pinto e da Familiar, a par das intervenções de construção do Colégio João de Barros, do Centro Escolar e do Pavilhão Gimnodesportivo, alavancaram processos de regeneração urbana com resultados com alguma expressividade.

Mas as intervenções referidas, são ações espacialmente localizadas e direcionadas às redes da mobilidade viária e pedonal ou da construção de equipamentos. Não há uma solução ou um conjunto de soluções que se aplique à generalidade do espaço público e muito menos à relação deste com a malha edificada. Por esta razão, ainda que essencial, o anterior elenco de ações não resolve a totalidade das carências verificadas.

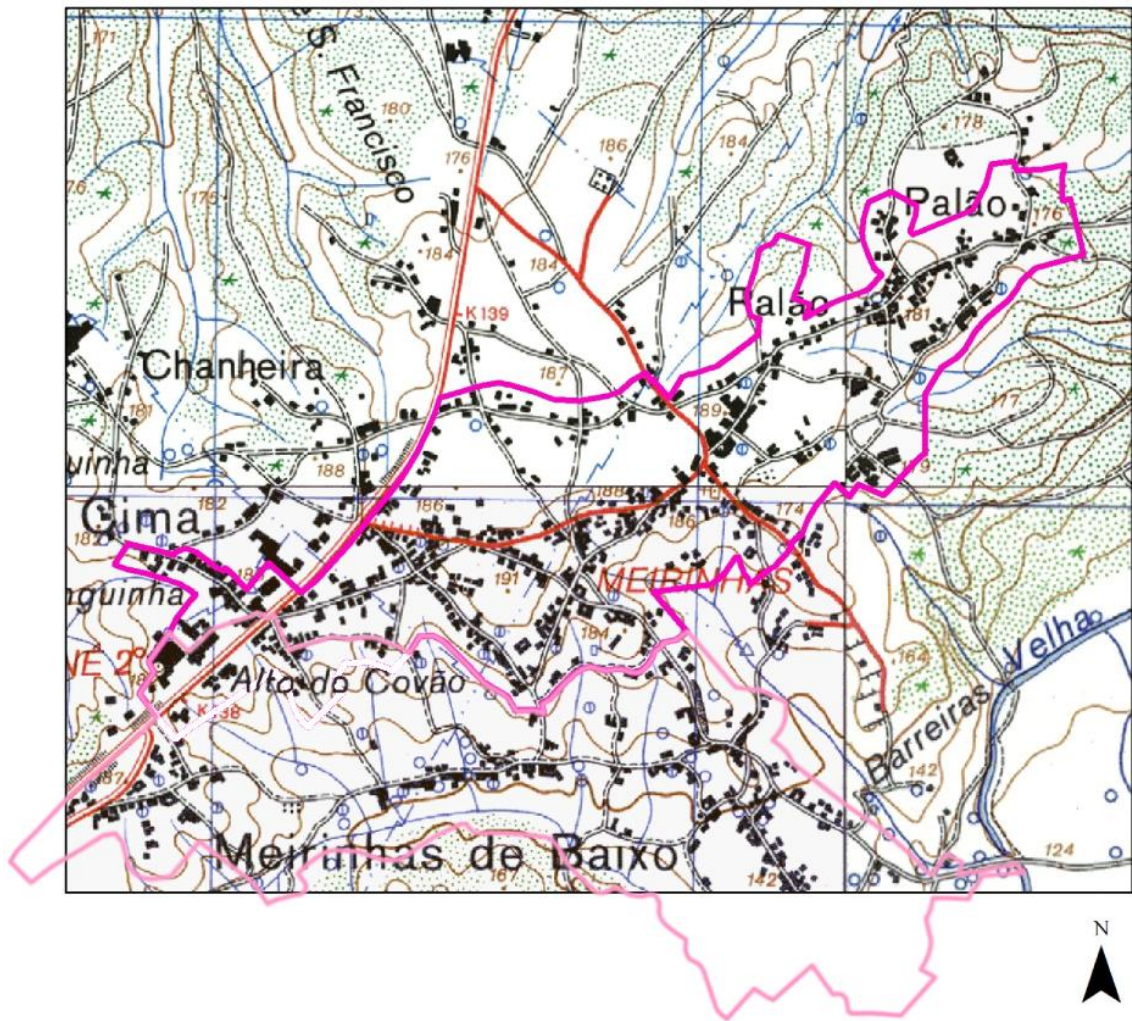
Acresce o conjunto significativo de imóveis degradados e/ou devolutos, e diversas zonas expectantes – vazios urbanos – no interior da malha, que não contribuem para a dignificação da fâcies urbana.

Posto isto, é fundamental proceder à implementação de políticas de promoção de reabilitação urbana aliadas à criação de incentivos à regeneração e conservação de edifícios privados e da valorização e qualificação do espaço público, atendendo à revitalização da área consolidada de Meirinhas, nas suas diversas componentes urbanizadas. Importa dotar o espaço público para as funcionalidades em todo o caso já desempenhadas, reativar os equipamentos ou serviços obsoletos, atualizar as redes de infraestruturas com vista a criar condições de atratividade e de fruição que justifiquem a ocupação e/ou usos ativos no longo prazo, quer no quadro dos espaços públicos, quer no quadro da habitação, os quais terão um papel fundamental e dinamizador das dinâmicas sociais, económicas e culturais.

Neste contexto, propõe-se a delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo com uma área de 77,62 hectares, abrangendo parte das zonas urbanas mais antigas e consolidadas das Meirinhas, localizadas a sul do centro cívico, integrando as áreas classificadas de espaços habitacionais e espaços urbanos de baixa densidade, espaços de uso especial: equipamentos e infraestruturas, de espaços verdes e espaços agrícolas, que pelo seu interesse histórico, patrimonial e natural justificam a sua integração nos objetivos da ARU.

Complementares às áreas interiores à delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas, as áreas integrantes da delimitação da ARU das Meirinhas de Baixo caracterizam-se pela presença de um tecido edificado que na sua maioria encontrava-se construído no início dos anos 80, conforme é comparável com os extratos disponíveis das cartas militares de 1984 e de 2001 (figura seguinte), o que evidencia que a maioria das edificações tem mais de 30 anos.

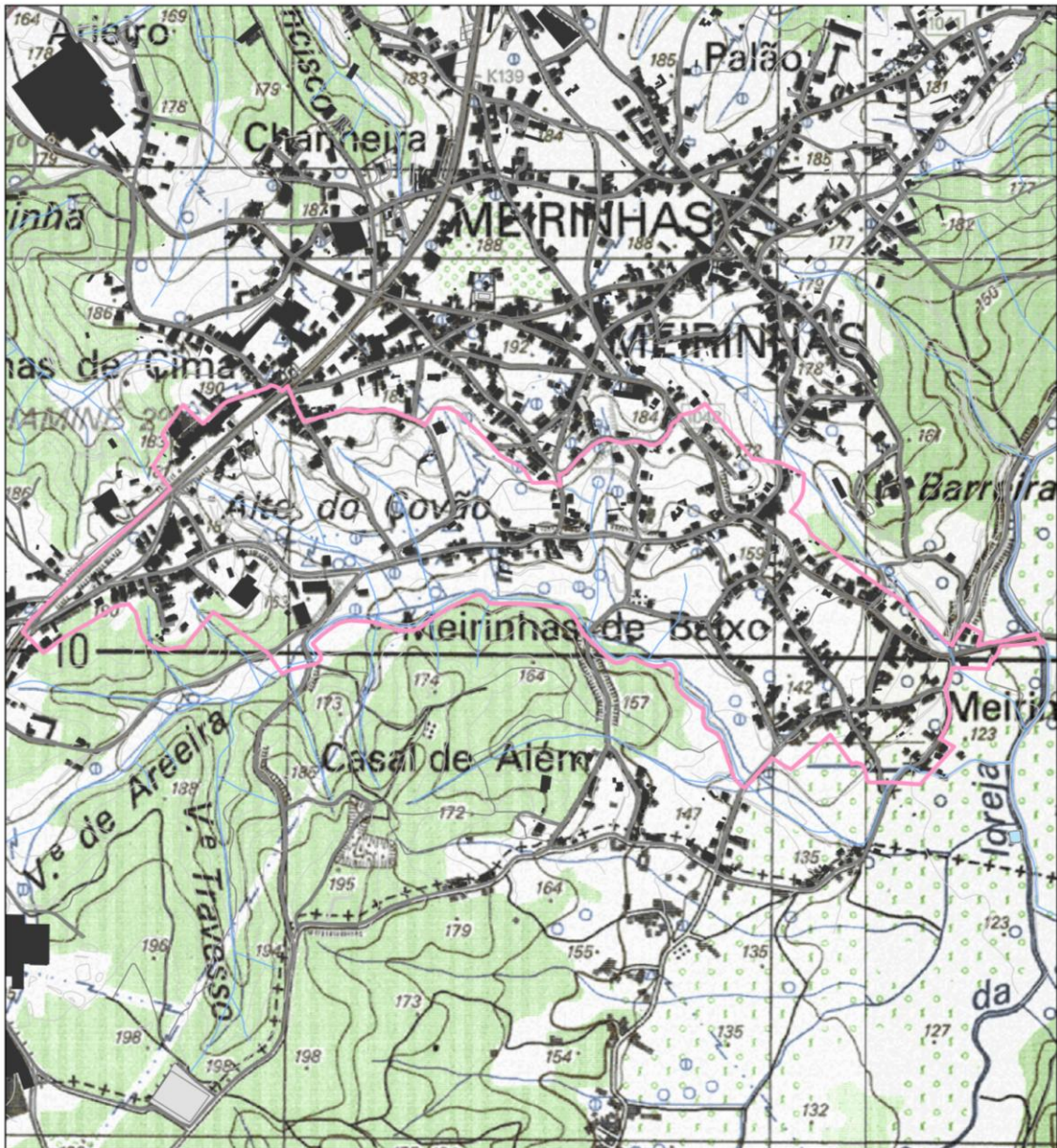
Figura 24: Extrato da Carta Militar de 1984



ARU Meirinhas de Baixo

- Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo
- Delimitação ARU Zona Central de Meirinhas

Figura 25: Extrato da Carta Militar de 2001



ARU Meirinhas de Baixo

 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

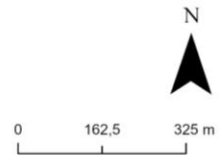
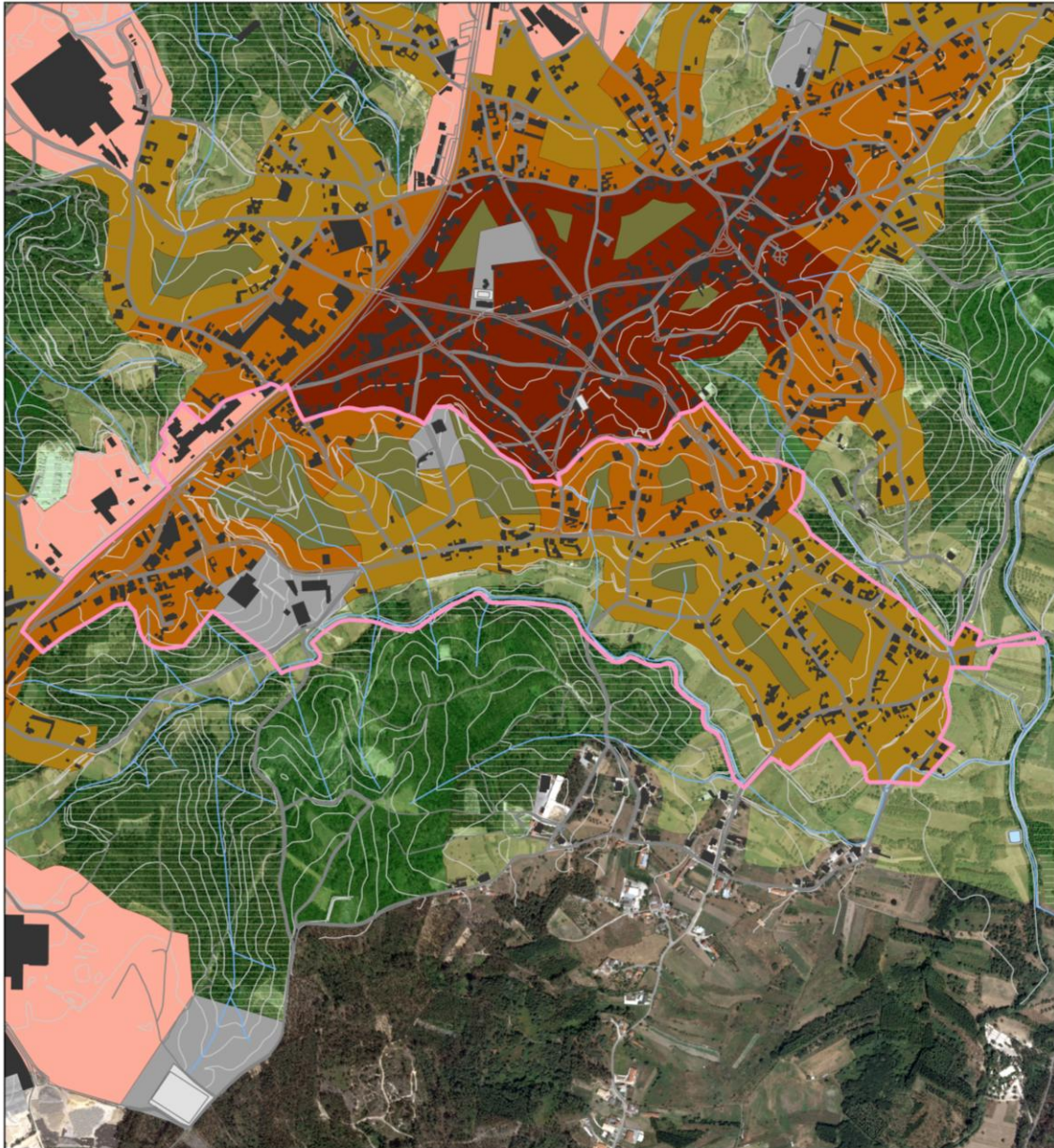


Figura 26: Classificação e Qualificação do Solo, 1ª Revisão PDM

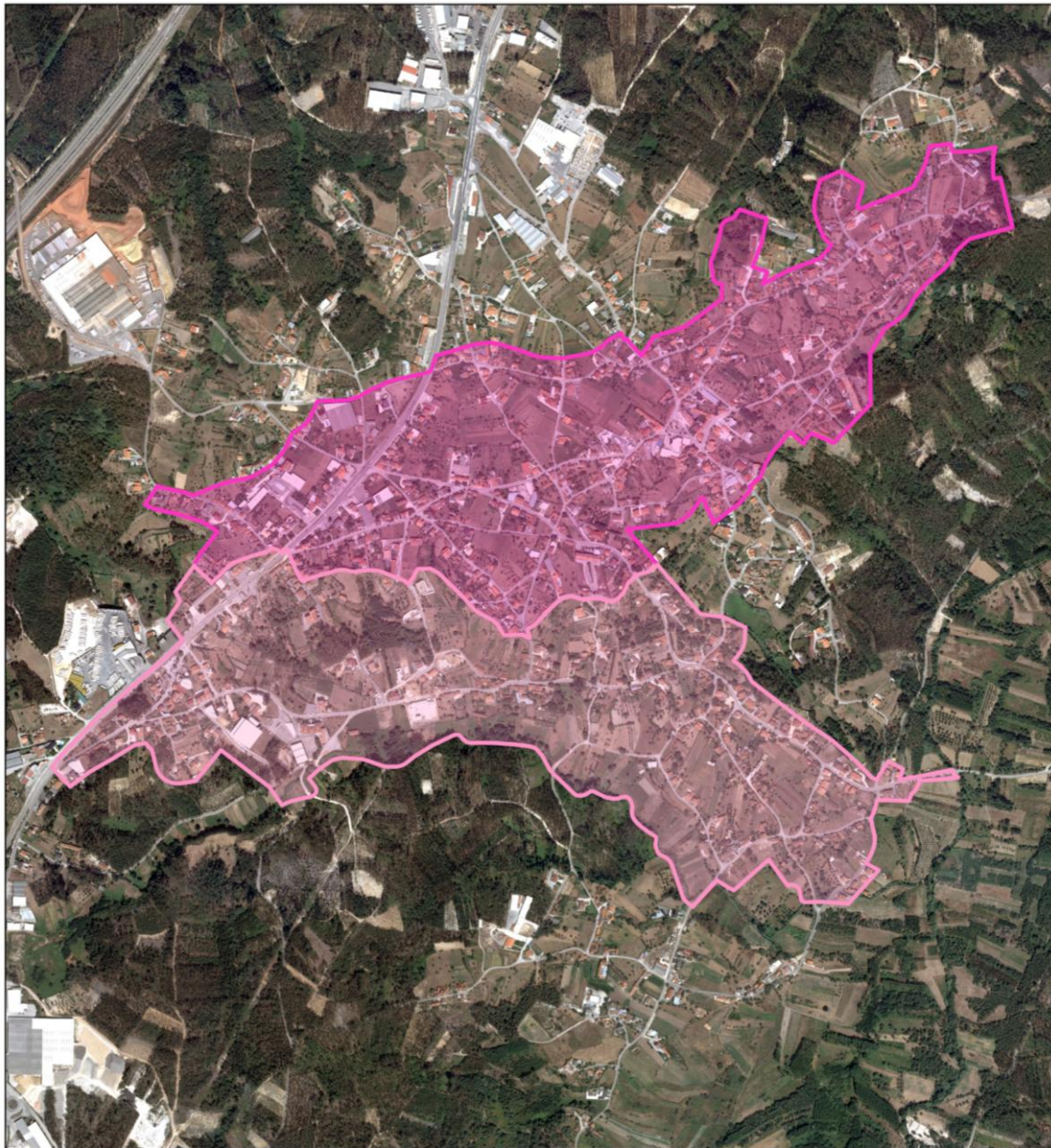


ARU Meirinhas de Baixo



 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

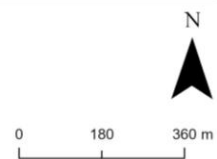


Figura 27: Relação territorial da ARU das Meirinhas de Baixo com a ARU da Zona Central de Meirinhas



ARU Meirinhas de Baixo

-  Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo
-  Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central de Meirinhas



É tão só natural que na área proposta para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana será sempre possível identificar um ou outro edifício mais recente. Mas não é razoável excluir edificações isoladas, quando a área delimitada se estabelece na evolução urbana do aglomerado, bem como, nos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Sobre este último argumento, refira-se a 1ª revisão do PDM de Pombal, que classifica esta área como solo urbano, qualificando-a de espaços habitacionais, espaços urbanos de baixa densidade, espaços de uso especial: de equipamentos e infraestruturas e espaços verdes, e os quais correspondem a:

“áreas do território com tecido urbano consolidado e em consolidação, com funções de centralidade e polarização decorrentes da concentração de atividades comerciais e de serviços, em que a definição da malha urbana e do espaço público se encontram estabilizadas.”

Aos anteriores acrescem as áreas em solo rural, classificado como espaços agrícolas, que admitem a integração de uma vertente natural complementar, prevista para a execução de programas funcionais diferenciadores.

Pretende-se assim, promover a consolidação e reconversão do espaço delimitado em sede de instrumento de gestão territorial, o qual estabelece como objetivos a prosseguir na execução de unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), entre outros, a promoção da salvaguarda e revitalização do centro geracional e o fortalecimento da vivência e apropriação urbana.

De forma complementar, importa dar maior maturidade às iniciativas municipais de promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano, delineando uma estratégia integrada de reabilitação capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre público e privado, que fomentem a reabilitação do tecido urbano em processo de degradação e a sua respetiva revitalização. Que, de igual modo, afirmem os valores patrimoniais existentes e promovam a melhoria geral da mobilidade e da acessibilidade através da qualificação do espaço público, dos equipamentos e infraestruturas e dos espaços verdes e de utilização coletiva.

A delimitação proposta para a Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo integra então um conjunto edificado que carece ser intervencionado, objetivando a minimização de fenómenos de descaracterização ao nível do conjunto arquitetónico e ao nível macro do aglomerado, bem como os de abandono das atividades de serviços e comerciais, e criar condições favoráveis à produção significativa de melhoria na qualidade de vida da população.

Desta forma, pretende-se desmistificar a ideia pré concebida de que um imóvel reabilitado não pode competir com as novas edificações ou novas áreas de expansão urbana, e incentivar os particulares a reabilitar voluntariamente o património, uma vez que este irá gerar bem-estar para os atuais residentes e responder mais eficazmente às necessidades e critérios de

sustentabilidade, de comportamento energético dos edifícios, e de modernização infraestrutural e tipológica do imóvel sempre que for possível e pertinente.

Perspetiva-se que a intervenção proposta nesta ARU será potenciadora de um melhoramento tanto a nível social como territorial que irá incentivar a capacidade de inovação e de investimento. Se por um lado a reabilitação do edificado deve sempre ser feita dando primazia à qualidade arquitetónica, deve, em consonância com o espaço público contribuir para a criação de exemplos de perfeito enquadramento volumétrico e de materiais, respeitando a fâcias e perfil urbanos e, de forma decorrente, aplacar a perda de coesão da malha urbana.

Portanto, e perspetivando a estratégia a seguir de futuro, a delimitação da ARU das Meirinhas de Baixo, baseia-se fundamentalmente em razões urbanísticas: edifícios devolutos, áreas carentes de intervenção e de coerência morfológica; requalificação das infraestruturas e revitalização do espaço público. Mas às quais se acrescenta: o reforço mediante os recursos verdes e hídricos existentes, e a integração das rotas patrimoniais estabelecidas, como por exemplo, a PR4 PBL – Rota das Fontes.

Figura 28: rua Comendador Narciso Mota, relação com a ribeira



Figura 29: área natural a tardoz do Pavilhão Gimnodesportivo



Figura 30: Lagar de Azeite, na Rota das Fontes



Figura 31: Lagar de Azeite, relação com a ribeira



DELIMITAÇÃO

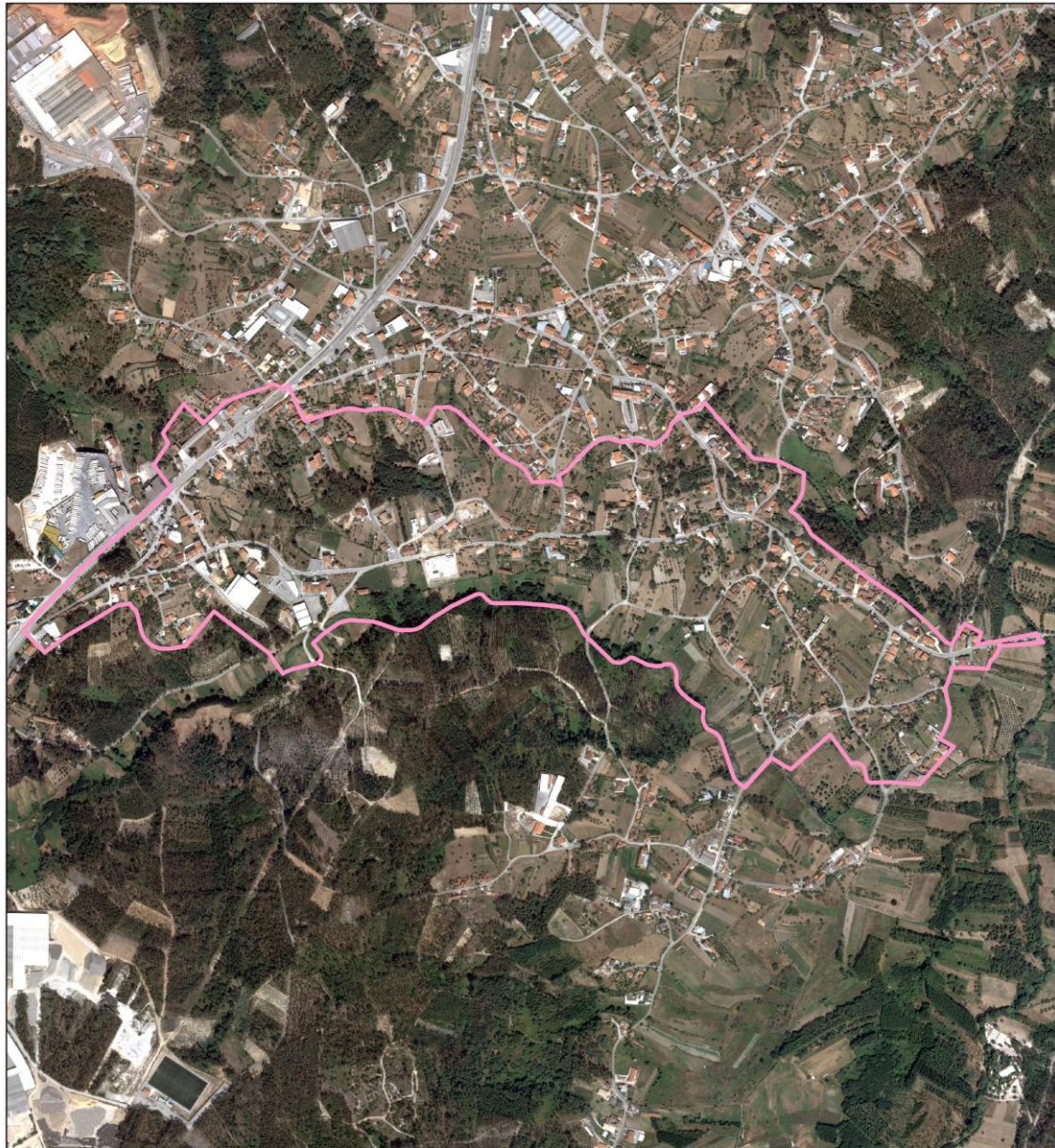
Esta ARU é delimitada:

- Pela génese e núcleos consolidados da Portela e das Meirinhas na contiguidade da rua Comendador Narciso Mota, no âmbito da Carta Militar de 1984, e os quais compreendem o maior número de edificado degradado;
- Pela 1.^a Revisão do PDM abrangendo a quase totalidade dos espaços habitacionais e espaços urbanos de baixa densidade, espaços verdes e de uso especial: equipamentos e infraestruturas, localizados a sul da ARU da Zona Central de Meirinhas.

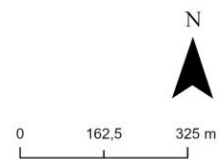
Assim, os limites traçam-se:

- A norte, pelo limite dos espaços centrais definido pela 1.^a Revisão do PDM, justaposto à delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas.
- A nascente, pelos limites dos espaços habitacionais e dos espaços urbanos de baixa densidade definidos pela 1.^a Revisão do PDM, incluindo parte dos espaços agrícolas que integram o parque de merendas até à proximidade com a margem poente da linha de água.
- A sul, pelo limite definido pelos espaços agrícolas e espaços florestais definidos pela 1.^a Revisão do PDM, seguindo a linha definida pelo corredor ribeirinho (incluindo o devido afastamento de 10 metros a sul da linha hidrográfica existente), até à contiguidade dos espaços de uso especial e urbanos de baixa densidade, até intersectar o troço definido pelo IC2/EN1.
- A poente, no seguimento do troço da EN1/IC2 e espaços de atividades económicas até à aos limites da delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas.

Figura 32: Delimitação da Área de Reabilitação Urbana



 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo



6 OBJETIVOS

Pretende o Município de Pombal com a delimitação da ARU das Meirinhas de Baixo promover um conjunto de intervenções e investimentos, que assegurem a salvaguarda do património edificado e a qualificação dos espaços urbanos, com o intuito de criar uma dinâmica de motivação geradora de iniciativa e confluência de interesses na melhoria e modernização do parque habitacional, na renovação e fixação do comércio e das funções centrais, enfim, no contributo para a permanência e instalação de residentes e atividades económicas.

Para tanto, compete ao Município ter um papel mais ativo e dinamizador e ao mesmo tempo criar condições favoráveis à reabilitação urbana (conforme disposto no artigo 3.º do RJRU) potenciando os seguintes objetivos:

- a) *Reabilitar os edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados.*
- b) *Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas.*
- c) *Melhorar as condições de habitabilidade e funcionamento do parque imobiliário urbano e do espaço urbano não edificado.*
- d) *Proteger o património cultural e promover a sua valorização.*
- e) *Intervencionar os edifícios dissonantes segundo as regras para a sua reabilitação nomeadamente paleta de cores, materiais, cérceas, entre outros.*
- f) *Definir regras e ações relativas ao enquadramento e condicionamento da colocação nas fachadas de contadores, publicidade, toldos, palas, entre outros.*
- g) *Modernizar as infraestruturas urbanas.*
- h) *Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial.*
- i) *Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.*
- j) *Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética tanto em edifícios públicos como em edifício privados.*
- k) *Garantir que todas as intervenções assentam num modelo financeiramente sustentado.*

Assim, a opção estratégica concretiza-se na execução de ações estruturantes, tendo como entidade gestora o próprio Município, que assumirá a coordenação e gestão das intervenções de reabilitação, dispondo das seguintes medidas de atuação:

- *Apoio à reabilitação através de benefícios fiscais, isenção ou redução de taxas municipais, aquando de uma 'ação de reabilitação urbana';*
- *Assumir-se como parceiro ativo e dinamizador dos processos de controlo prévio com redução dos custos e simplificação dos procedimentos de licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização.*
- *Assegurar um atendimento prioritário às respetivas operações urbanísticas estabelecendo uma relação de proximidade com todos os interessados e assegurando a monitorização dos respetivos processos não só na fase de instrução e implementação mas também durante a vigência da operação de reabilitação.*

7 BENEFÍCIOS FISCAIS

De acordo com o disposto na alínea a) do artigo 14º do RJRU, com a aprovação da Delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana, fica o Município obrigado à definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente, IMI e IMT.

Saliente-se ainda que, nos termos da alínea b) do Artigo 14º do referido RJRU, a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, e o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

Neste contexto, os apoios e incentivos a atribuir na delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo são de natureza fiscal e de natureza financeira, atribuídos de acordo com os quadros seguintes:

IMPOSTOS MUNICIPAIS

IMI	<p>ISENÇÃO DA TAXA DE IMI</p> <p>PARA OS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS OBJETO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO, por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente.</p> <p>Desde que preencham cumulativamente as seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro <p>(Ao abrigo do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto Dos Benefícios Fiscais – EBF)*</p>
	<p>REDUÇÃO DA TAXA DE IMI EM 30%</p> <p>PARA OS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS OBJETO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO, por um período de 5 anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação.</p> <p>Desde que preencham cumulativamente as seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> Intervenções profundas e abrangentes ao nível de fachadas (a título de exemplo: substituição/reparação do telhado, pintura integral das fachadas, substituição de caixilharias de vãos e portas e/ou janelas ao nível do prédio ou da fração, entre outras não listadas aqui) Intervenções/obras interiores (a título de exemplo: pintura integral das paredes interiores ao nível do prédio ou da fração, substituição das redes de infraestruturas de saneamento, água ou eletricidade ao nível do prédio ou da fração, substituição total dos pavimentos ao nível do prédio ou da fração, entre outras não listadas aqui) <p>(Ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)</p>
	<p>REDUÇÃO DA TAXA DE IMI EM 10%</p> <p>PARA OS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS OBJETO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO AO NÍVEL DAS FACHADAS, por um período de 2 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação.</p> <p>(A título de exemplo: pintura integral das fachadas, operações de limpeza das fachadas, substituição/reparação do telhado, entre outras não listadas aqui)</p> <p>(Ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)</p>
	<p>REDUÇÃO DA TAXA DE IMI EM 20%</p> <p>PARA PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS ARRENDADOS</p> <p>(CUMULATIVO com as reduções da taxa de IMI em 30% ou 10% anteriores)</p> <p>(Ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º do CIMI)</p>

	<p>AGRAVAMENTO DA TAXA DE IMI EM 30% PARA IMÓVEIS DEGRADADOS (Serão considerados imóveis degradados aqueles que verificam um estado de conservação mau ou péssimo, ou seja, de nível 2 ou 1, respetivamente, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro) (Ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI)</p>
	<p>AGRAVAMENTO DA TAXA DE IMI AO TRIPLO PARA IMÓVEIS DEVOLUTOS (Serão considerados imóveis devolutos aqueles que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio, ou prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas) (Ao abrigo do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI)</p>
IMT	<p>ISENÇÃO SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NAS AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS DESTINADOS A INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO, DESDE QUE O ADQUIRENTE INICIE AS RESPECTIVAS OBRAS NO PRAZO MÁXIMO DE 3 ANOS APÓS A AQUISIÇÃO (Ao abrigo do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto Dos Benefícios Fiscais – EBF)*</p>
	<p>ISENÇÃO SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO, SUBSEQUENTE À INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO, QUANDO PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE (Ao abrigo do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto Dos Benefícios Fiscais – EBF)*</p>

* Para usufruir dos benefícios fiscais ao abrigo do artigo 45.º do EBF, as obras a efetuar terão obrigatoriamente de significar o aumento de dois níveis do estado de conservação do imóvel ou fração. Para o efeito, são realizadas duas visitas técnicas (antes e após a execução das obras), de forma a aferir o estado e nível de conservação do imóvel, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, mediante a aplicação da Ficha de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios, constante em anexo (tendo por base a ficha da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro).

Estado de Conservação	Níveis de Anomalia	
Excelente	Nível 5	Ausência de anomalias ou anomalias muito pouco significativas.
Bom	Nível 4	Anomalias que prejudicam o aspeto e que requerem trabalhos de limpeza, substituição ou reparação de fácil execução.
Médio	Nível 3	Anomalias que prejudicam o aspeto e que requerem trabalhos de correção de difícil execução ou anomalias que prejudicam o uso e conforto e que requerem trabalhos de correção de fácil execução.
Mau	Nível 2	Anomalias que prejudicam o uso e conforto e que requerem trabalhos de correção de difícil execução ou anomalia que colocam em risco a saúde e a segurança, podendo motivar acidentes sem grande gravidade, e que requerem trabalhos de correção de fácil execução.
Péssimo	Nível 1	Anomalias que colocam em risco a saúde e a segurança, podendo motivar acidentes sem grande gravidade, e que requerem trabalhos de correção de difícil execução ou anomalias que colocam em risco a saúde e a segurança, podendo motivar acidentes graves ou muito graves ou anomalias que determinem a ausência/inoperabilidade de infraestruturas básicas.

TAXAS MUNICIPAIS

LICENÇA	<p>REDUÇÃO DE 50% DO VALOR DAS TAXAS RELATIVAS A OBRAS DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS</p>
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	<p>ISENÇÃO DAS TAXAS RELATIVAS A OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS A FUNCIONAR EM EDIFÍCIOS REABILITADOS (por um período de 2 anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação)</p>
	<p>ISENÇÃO DAS TAXAS RELATIVAS A OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DURANTE O DECORRER DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO</p>

Todas as operações urbanísticas, relacionadas com obras de reabilitação localizadas dentro da delimitação da ARU usufruem de isenção ou redução de taxas municipais, independentemente de se candidatarem ou não a benefícios fiscais.

OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS

IRS	DEDUÇÃO À COLETA, ATÉ AO LIMITE DE 500 EUROS, DE 30% DOS ENCARGOS SUPORTADOS PELO PROPRIETÁRIO, RELACIONADOS COM A REABILITAÇÃO DE IMÓVEIS (Desde que situados no interior da delimitação da ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação urbana) (Ao abrigo do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)
IVA	TAXA REDUZIDA DE 6% PARA EMPREITADAS DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS (Ao abrigo do artigo 18.º do CIVA – 2.23 da Lista I do CIVA)*

* Para usufruir do IVA à taxa reduzida, é necessário o imóvel localizar-se em ARU, assim como realizar um contrato de empreitada com a empresa responsável pela execução das obras.

Os apoios e incentivos financeiros e fiscais à reabilitação do edificado serão atribuídos a intervenções que se enquadrem, cumulativamente, nas definições de reabilitação urbana e reabilitação de edifícios constantes no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, não se aplicando a construções a edificar em lotes vazios. Os apoios e incentivos financeiros e fiscais serão concedidos somente após a boa execução das obras, atestada pelos serviços competentes do Município de Pombal e cessarão sempre que se verifique que a obra não se realizou de acordo com o projeto aprovado ou que foram feitas demolições não autorizadas.

ANEXO

- Planta de delimitação



 Delimitação da Área de Reabilitação Urbana das Meirinhas de Baixo

